

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à Lei n.º 6.404/1976, à Lei n.º 11.638/2007, à Lei n.º 11.941/2009, a alterações posteriores e aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens que seguem.

- 51** A Lei n.º 11.638/2007 teve como objetivo, entre outros, convergir as práticas contábeis brasileiras às dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América — USGAAP.
- 52** Com a padronização de práticas e alterações de critérios de distribuição de resultados, os acionistas controladores foram beneficiados porque receberam maior autonomia para determinar a destinação do lucro líquido obtido a cada exercício.
- 53** Com o objetivo de evidenciar fielmente as operações de *leasing* nos demonstrativos contábeis, as operações de *leasing* operacional passaram a ser classificadas como operação de compra e venda financiada e não mais como mero arrendamento, o que obrigou o reconhecimento do passivo integral e o registro do bem na arrendatária.
- 54** A prevalência da essência sobre a forma, introduzida pelas modificações à Lei n.º 6.404/1976, não era totalmente desconhecida pela contabilidade brasileira, mas ganhou maior força na nova legislação.
- 55** Com as alterações legais e a publicação dos pronunciamentos do CPC, houve a substituição do critério de investimento relevante para a avaliação da influência significativa, com vistas à avaliação da participação de uma empresa em outra.

Os pronunciamentos do CPC provocaram significativas mudanças nas práticas contábeis brasileiras. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 56** Para fins de reporte contábil, as operações em início de atividade podem constituir um segmento operacional.
- 57** Os materiais de consumo administrativo em uma indústria devem ser mantidos sob controle separados de materiais de consumo industrial, ainda que submetidos ao mesmo tipo de avaliação e mensuração.
- 58** As emissões conversíveis, que dão ao emissor o direito de liquidar a obrigação pelo valor de caixa líquido, são acordos com derivativo embutido.
- 59** As empresas de pequeno e médio porte não foram atingidas pela convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A respeito do patrimônio das entidades e dos seus componentes, julgue os itens subsecutivos.

- 60** Uma súbita variação na rotatividade de mão de obra de uma empresa pode impactar a demonstração do resultado abrangente do exercício.
- 61** O valor de registro de mercadorias adquiridas para comercialização é o valor da nota fiscal de compra com a subtração dos impostos recuperáveis, independentemente da existência ou não de diferença entre o preço para aquisição à vista ou a prazo.
- 62** No reconhecimento inicial, um ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo, subtraindo-se a despesa de venda.
- 63** Os bens corpóreos adquiridos para beneficiar a atividade empresarial durante um exercício devem ser registrados no ativo imobilizado.
- 64** Patrimônio líquido é o valor residual entre investimentos e capitais de terceiros.
- 65** As receitas podem derivar de aumentos de saldo ou ingresso de novos ativos, mas não podem resultar da liquidação de passivos.

Acerca das demonstrações contábeis, suas características e regulamentações, julgue os próximos itens.

- 66** Antes da modificação da Lei n.º 6.404/1976, realizada em 2007, a demonstração de fluxo de caixa já era recomendada pela CVM para as sociedades anônimas de capital aberto e era obrigatória para alguns segmentos econômicos específicos.
- 67** A DMPL, constante do conjunto completo de demonstrações previsto pelo CPC, é facultativa, segundo a atual Lei das Sociedades por Ações.
- 68** O valor das duplicatas descontadas em banco integra as atividades de financiamento da demonstração de fluxo de caixa.
- 69** O ajuste de avaliação patrimonial de ganhos e perdas em instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa deve estar presente na demonstração do resultado abrangente do exercício.
- 70** Os critérios para mensuração e valoração de estoques devem ser evidenciados no balanço patrimonial.

Com relação à apuração e controle da retenção de tributos e contribuições federais, de acordo com a Instrução Normativa n.º 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, julgue os itens seguintes.

- 71** A retenção de tributos, prevista na Instrução Normativa n.º 1.234/2012, não será aplicada aos pagamentos efetuados ao Conselho Federal de Medicina (CFM).
- 72** É obrigatória a retenção de IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas por qualquer entidade da qual a União detenha, direta ou indiretamente, a maior parte do capital votante.
- 73** O biodiesel adquirido de produtor familiar da região Centro-Oeste que seja integrante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e detentor regular do selo Combustível Social terá alíquotas de COFINS e PIS/PASEP reduzida a zero.

No primeiro exercício financeiro de uma entidade do setor público, foram registrados somente os seguintes eventos contábeis.

- Previsão da receita e fixação da despesa no valor de R\$ 280.000,00.
- Impostos arrecadados no valor de R\$ 130.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de serviços de terceiros no valor de R\$ 70.000,00.
- Compra de equipamento para uso da entidade, com recebimento imediato do bem, no valor de R\$ 120.000,00, com metade do pagamento à vista e o restante inscrito em restos a pagar.
- Veículo recebido em doação, no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando os eventos acima registrados, relativos ao encerramento desse primeiro exercício financeiro, julgue os próximos itens, acerca da elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

- 74** Na demonstração das variações patrimoniais, as mutações ativas totalizaram R\$ 140.000,00.
- 75** O resultado orçamentário do exercício apresentou déficit no valor de R\$ 60.000,00.
- 76** No balanço financeiro, o total da receita orçamentária foi de R\$ 190.000,00.

Relativamente aos princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, julgue o item a seguir.

- 77** O valor original corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, a exemplo do valor justo.

Julgue os itens que se seguem, referentes a organização e competências do Sistema de Contabilidade Federal.

- 78** Não cabe às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- 79** A Secretaria do Tesouro Nacional integra o Sistema de Contabilidade Federal como órgão central.

A respeito de registro contábil das contas financeiras e permanentes, julgue os itens seguintes.

- 80** Uma conta marcada com o atributo de permanente somente será movimentada em contrapartida a uma conta de caixa e equivalentes de caixa se houver a respectiva execução orçamentária.
- 81** Caso a unidade tenha obrigação a pagar que não tenha sido empenhada, essa obrigação deverá ser registrada como um passivo permanente no momento do fato gerador.

No que concerne a despesas públicas, julgue o seguinte item.

- 82** Sob a ótica orçamentária, o ato da liquidação constitui a despesa orçamentária e o passivo financeiro para fins de cálculo do superávit financeiro.

Com referência aos estágios da receita pública, julgue os itens subsecutivos.

- 83** Por ser caracterizada como uma receita orçamentária, a doação em espécie recebida pelos entes públicos passa pelo estágio do lançamento.
- 84** O registro do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida a uma variação patrimonial aumentativa será efetuado no momento da entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

**RASCUNHO**

Com relação à execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

**85** Mesmo os compromissos financeiros financiados por operações de crédito internas e externas ficam subordinados aos limites fixados na programação financeira de desembolso aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**86** Cada unidade orçamentária poderá partilhar seu limite financeiro entre as suas unidades administrativas gestoras.

A propósito da estrutura de oito classes de contas e das regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens subsecutivos.

**87** Uma conta de natureza patrimonial não pode ter como contrapartida uma conta de natureza orçamentária, ainda que seja utilizado o método das partidas dobradas e que os valores totais lançados a débito e a crédito não apresentem diferença.

**88** A estrutura de contas do PCASP é baseada nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.

Julgue o próximo item acerca da rotina de remuneração da Conta Única do Tesouro Nacional.

**89** Somente poderão efetuar aplicações financeiras na Conta Única do Tesouro Nacional as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social que contarem com autorização específica em lei.

Relativamente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), julgue os itens a seguir.

**90** As unidades setoriais representam o elo entre as unidades gestoras e a Secretaria do Tesouro Nacional, com a prerrogativa de efetuar transações inerentes às suas funções, como a descentralização de créditos.

**91** São de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional o armazenamento e a segurança dos dados do SIAFI.

Julgue os itens que se seguem acerca do suprimento de fundos na forma de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

**92** O valor total do empenho é o valor do limite de utilização lançado no CPGF.

**93** Após apuração da responsabilidade, o ordenador de despesa ou quem der causa deverá ressarcir ao erário público o valor pago referente a multa e juros por atraso no pagamento da fatura do CPGF.

Julgue os próximos itens, a respeito dos papéis de trabalho do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

**94** Para fins de registro, o material obsoleto ou substituído deve ser removido e arquivado à parte, em uma pasta permanente separada.

**95** Os papéis de trabalho que contenham dados sobre o sistema, a área ou a unidade objeto de controle devem estar acondicionados em arquivos do tipo corrente.

Julgue o item a seguir de acordo com o disposto na Lei n.º 10.180/2001.

**96** A documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da administração federal direta deverá ser enviada às respectivas unidades de controle interno e externo, nas condições e nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União.

A respeito de noções de organização administrativa, julgue o item a seguir.

**97** A organização administrativa é normalmente estabelecida por lei e excepcionalmente por decreto e normas inferiores quando não se exige a criação de cargos nem se aumenta a despesa pública.

No que se refere à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens que se seguem.

**98** Ao criar uma entidade e a ela transferir determinado serviço público, o Estado realiza descentralização mediante delegação.

**99** A criação de uma sociedade de economia mista pode ser autorizada, genericamente, por meio de dispositivo de lei cujo conteúdo específico seja a autorização para a criação de uma empresa pública.

Com relação aos atos administrativos, julgue os próximos itens.

**100** O fechamento de casas noturnas é um exemplo do atributo da autoexecutoriedade em matéria de polícia administrativa.

**101** Em decorrência do atributo da presunção de legitimidade e do atributo da presunção de veracidade, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela administração, tal como se verifica nas certidões, nos atestados e nas declarações emitidas pela administração.

**102** A imperatividade, presente em todos os atos administrativos, é uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado.

No que tange a agentes públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 103** O agente público, pessoa física, distingue-se da figura do órgão administrativo, centro de competência despersonalizado; nesse sentido, pode o Estado suprimir cargo, função ou órgão sem ofender direitos de seus agentes.
- 104** Os magistrados, agentes políticos investidos para o exercício de atribuições constitucionais, têm plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, bem como prerrogativas próprias e legislações específicas.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os seguintes itens.

- 105** A edição de normas pertinentes à prevenção de incêndios compete à esfera estadual, sendo o poder de polícia relativo ao cumprimento dessas normas desempenhado pelos estados, por meio da realização de vistorias, por exemplo.
- 106** A avocação é o ato discricionário mediante o qual um superior hierárquico solicita para si o exercício temporário de determinada competência atribuída por lei a subordinado, não sendo possível a avocação em caso de competência exclusiva do subordinado.

A respeito de licitação, julgue o item subsequente.

- 107** À modalidade de licitação denominada concurso não se aplicam os tipos de licitação melhor técnica, melhor preço, técnica e preço, maior lance ou oferta, uma vez que os vencedores do concurso recebem um prêmio ou uma remuneração.

Com referência a controle da administração, julgue o item a seguir.

- 108** Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a fiscalização exercida pela Controladoria-Geral da União quanto à aplicação de recursos públicos federais repassados, nos termos de convênios, aos municípios implica usurpação de competência do Tribunal de Contas da União.

Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 109** A República Federativa do Brasil não pode conceder extradição de estrangeiro por crime político.
- 110** Ninguém poderá ser obrigado a associar-se ou a permanecer associado, salvo nos casos previstos em lei.
- 111** O direito de herança no Brasil é garantido pela Constituição Federal de 1988.

Considerando as disposições constitucionais a respeito dos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 112** Promover o bem de todos, erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil expressos no texto da Constituição Federal de 1988.
- 113** Com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 73/2013, são considerados Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Tribunal de Contas.
- 114** A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais de acordo com o princípio da não intervenção.

Com relação a deputados e senadores, julgue os itens subsequentes.

- 115** Perderá o mandato o deputado federal ou senador que tiver os direitos políticos suspensos.
- 116** O órgão responsável pelo julgamento de deputados e senadores, a partir do momento da expedição de seus diplomas, é o Superior Tribunal de Justiça.

Julgue os itens seguintes a respeito do estatuto constitucional da administração pública.

- 117** Os atos de probidade administrativa importarão a perda da função pública, na forma da lei.
- 118** Os servidores concursados para cargo de provimento efetivo serão considerados estáveis após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- 119** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos vencimentos do Poder Executivo.
- 120** O servidor público considerado estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

O Sistema Único de Saúde (SUS) instituiu uma política pública de saúde que visa à integralidade, à universalidade, à busca da equidade e à incorporação de novas tecnologias, saberes e práticas. Esse sistema, que é uma marcha processual e social, ainda é uma reforma incompleta na saúde, encontrando-se em pleno curso de mudanças. Portanto, ainda estão em debate as formas de organização do sistema, dos serviços e do trabalho em saúde, que definem, entre outros aspectos, os modos de se produzir saúde e onde serão investidos os recursos recebidos. Diante disso, muitos desafios para a produção de saúde permanecem, especialmente em um país como o Brasil, com profundas desigualdades socioeconômicas; são vários os desafios, tais como a ampliação do acesso com qualidade aos serviços e aos bens de saúde e a ampliação do processo de corresponsabilidade entre trabalhadores, gestores e usuários nos processos de gerir e de cuidar. A esses problemas acrescentam-se outros, associados às relações de trabalho no âmbito da saúde, aos processos de educação permanente em saúde desses trabalhadores e à pouca participação deles na gestão dos serviços de saúde e à sua frágil vinculação com os usuários.

O cenário acima descrito indica a necessidade de mudanças e, para promovê-las, criaram-se, no SUS, políticas que se propõem a vencer os referidos desafios. Nesse sentido, destacam-se a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no SUS (HumanizaSUS), a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e o Pacto pela Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. - 4. ed. - Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008. 72 p. : il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que responda, necessariamente, aos seguintes questionamentos.

- ▶ O que é o HumanizaSUS e quais são os seus princípios? [valor: 5,00 pontos]
- ▶ O que é, para o SUS, a educação permanente dos trabalhadores? [valor: 4,50 pontos]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	